

Transcrição da entrevista com a Sra.  
Eurodeputada **Ana Gomes** - Grupo da  
Aliança Progressista dos Socialistas e  
Democratas no Parlamento Europeu

March 22, 2019

**Verónica Martins**

Senior Research Fellow, Europe Programme

[veronica.martins@cgsrs.org](mailto:veronica.martins@cgsrs.org)

**Centre for Geopolitics & Security in Realism Studies**

20-22 Wenlock Road, London N1 7GU, United Kingdom

[www.cgsrs.org](http://www.cgsrs.org) | [info@cgsrs.org](mailto:info@cgsrs.org)

## Introduction

**In the framework of the European Governance project “Divide et compromise: the quest for improved European Governance”, the Centre for Geopolitics & Security in Realism Studies (CGSRS) has launched an interview series with European actors – of different political sensitivities and from various European institutions- to bring together their visions for European Governance reform given the deep cleavages that have progressively undermined the EU’s decision-making capacity.**

**Methodologically, as primary sources of European Governance, the interviews are semi-structured and the questionnaires vary to a degree. Core questions on cleavages in the main thematic and geographic axis of the project are common. The other questions account for the specificity of the interviewees’ functions. Whenever the interview has been conducted in a language other than English, the original and the version translated by the interviewer are published. Not all posed questions have been answered due to either the interviewees’ personal reasons and/or lack of time. Therefore, the CGSRS has decided to publish only the answered questions.**

Ana Gomes, membro portuguesa do Parlamento Europeu no **Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu**, partilhou as suas opiniões sobre os desafios da Governança europeia, no dia 17 de outubro 2018.

Ana Gomes é Membro do Parlamento Europeu desde 2004 e foi reeleita em 2009. Sendo diplomata de carreira desde 1980, suspendeu as funções em 2003, para se dedicar à atividade política.

Como diplomata, Ana Gomes serviu nas missões junto da ONU em Genebra e Nova Iorque e nas embaixadas em Tóquio e Londres. Entre 1999 e 2003, foi chefe de missão e embaixadora em Jacarta, tendo acompanhado o processo de independência de Timor-Leste e de restabelecimento das relações diplomáticas luso-indonésias.

Integra, desde 2004, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D) no Parlamento Europeu. A eurodeputada é, atualmente, a Vice-Presidente da Comissão Especial sobre os Crimes Financeiros e a Elisão e a Evasão Fiscais (TAX3) e membro efetivo da Comissão Parlamentar das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE); da Subcomissão da Segurança e da Defesa (SEDE); e, ainda, da Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (DMED) e da Delegação para as Relações com os Estados Unidos (D-US). Ana Gomes é, desde 2016, responsável pelo acompanhamento do processo democrático e do escrutínio parlamentar na Geórgia, no quadro do Grupo de Apoio à Democracia e Coordenação Eleitoral, desde que chefiou, nesse mesmo ano, a missão de observação eleitoral do Parlamento Europeu às eleições legislativas daquele país do Cáucaso do Sul. Ainda durante o atual mandato, Ana Gomes foi a coordenadora do grupo S&D da

Comissão Especial sobre o Terrorismo (TERR), cujos trabalhos terminaram em dezembro de 2018, uma vez aprovado o relatório com as conclusões e recomendações desta comissão.

Além disso, a eurodeputada socialista é membro suplente da Comissão de Assuntos Externos (AFET) e da sua Subcomissão para os Direitos Humanos (DROI), assim como da Delegação para as Relações com os Países do Magrebe e a União do Magrebe Árabe (DMAG); da Delegação para as Relações com o Iraque (D-IQ) e da Delegação à Assembleia Parlamentar Euronest (DEPA).

Os principais temas em que tem trabalhado são: direitos humanos, segurança e defesa (nomeadamente marítima), relações internacionais, corrupção e branqueamento de capitais, liberdades cívicas, terrorismo e questões de género.

Verónica Martins (VM): Muito obrigada Senhora Eurodeputada Ana Gomes por ter aceite o convite e responder a algumas perguntas do Programa Europa do Center for Geopolitics & Security in Realism Studies, situado em Londres. Esta entrevista insere-se no âmbito de um projeto sobre o futuro da Governança europeia que estamos a desenvolver. Agradeço mais uma vez a sua disponibilidade e vamos então começar com as perguntas.

No passado dia 12 de Setembro o Presidente Juncker, no seu discurso sobre o Estado da União, declarou: « D'ici les élections européennes, nous devons démontrer que l'Europe peut surmonter les différences entre le Nord et le Sud, l'Est et l'Ouest, la gauche et la droite. L'Europe est trop petite pour se diviser, une fois par deux, une fois par quatre ».

Existem clivagens profundas entre os Estados membros que defendem mais e/ou melhor integração e aqueles que preferem uma União Europeia (UE) tão solta quanto possível. Essas divisões tornam difícil a chegada a um consenso. Se tivesse que identificar 2 ou 3 clivagens mais significativas, que dividem mais a União europeia, quais escolheria ?

Ana Gomes (AG) : Bom, antes de mais, a área de segurança e defesa porque os Estados membros ainda têm a noção do conceito vestefaliano da soberania e agarram-se a ele e recusam aceitar a realidade que resulta de um mundo globalizado e interdependente em que vivemos e onde precisamos absolutamente da massa crítica da escala europeia para defender os nossos interesses, para nos defender. Quando digo defender, é numa perceção abrangente, nem toda a ação proativa, digamos que permita ir à escala dos conflitos, implica que se desenvolvam e nos atinjam. Portanto do meu ponto de vista a área da segurança e defesa continua a ser... apesar da retórica e apesar de se ter avançado muito relativamente, por exemplo, a 2003, onde apesar de tudo depois da divisão entre « velha e nova Europa » que os Americanos conseguiram com a crise do Iraque, no final desse ano, avançou-se para a criação de um Agência europeia de defesa que é apesar de tudo significativo, redigiram-se Estratégias europeias de segurança e defesa, também pela primeira vez, e no último ano, passamos a falar de uma « União da defesa » o que é extraordinário face às resistências do passado, e do passado recente ! Mas na prática, ainda não se assistiu ao tipo de cooperação que efetivamente o mundo interdependente e globalizado exigiria que a Europa já tivesse ao nível da segurança e defesa até para ter músculo diplomático porque sem essas capacidades

militares também não vai ter eficácia do ponto de vista diplomático. E isto está ligado exatamente também às questões da própria política externa porque obviamente não há política externa sem política de segurança e defesa. E é porque também os Estados se arrogam esta conceção vestefaliana completamente obsoleta que continuam em muitas áreas da política externa em não falar claro, em não falar univocamente, a não trabalhar para soluções que sirvam os interesses da Europa no seu conjunto, pensando que podem defender e promover os seus interesses (de cada Estado membro), o que obviamente pode permitir ganhos de curto prazo, mas a longo prazo não leva à nada e vulnerabiliza a Europa no seu conjunto e os Estados em particular.

Portanto isto é uma primeira área. A segunda área, sem dúvida, é toda a área que diz respeito à construção da zona Euro, designadamente ao completar da Zona Euro, da União Económica e Monetária (UEM), porque sabemos que está incompleta não obstante a crise e tudo o que foi identificado na altura da crise financeira de 2008 como sendo essencial : a garantia de depósitos conjunta, o fundo monetário europeu, etc. avançou-se em alguns aspetos, mas não se avançou ainda suficientemente e não temos ainda uma Zona Euro equipada efetivamente para promover a convergência para todos os Estados membros e não, só para alguns, em detrimento dos outros e isso obviamente depois tem consequências políticas dramáticas para a coesão política da UE. Aqui a responsabilidade é sobretudo alemã. E na primeira, digamos que a Grande Bretanha (GB) era um dos grandes países causadores das obstruções do avanço na área de segurança e defesa e da própria política externa. Não obstante naquilo que lhe dava jeito aproveitar e até liderar muitas vezes e não obstante o potencial para liderar efetivamente por causa do seu próprio poderio militar. Mas a GB, por razões ideológicas e aquele atavismo daquela relação especial com os Estados Unidos, etc. teve sempre um papel negativo e impeditivo no avanço europeu nas áreas da segurança e defesa e na área da política externa. Em relação à UEM, o grande problema é a Alemanha, tem a ver com todos os receios alemães e uma das áreas nas quais vemos isso de forma mais clara são esses aspetos que já referi da UEM, mas não é o único aspeto. Por ex, um dos domínios onde a GB teve também um papel extremamente negativo, é também tudo o que tem ver com a fiscalidade a nível europeu e a necessidade de uma harmonização mínima no espaço europeu para que não se ponha em causa o próprio mercado interno. Quer dizer, não há regras de concorrência leal no mercado interno se se permite aos Estados membros fazerem dumping fiscal e é exatamente aquilo que acontece hoje. E na linha da frente do fomento dos paraísos fiscais dentro e fora da UE, temos obviamente o Reino Unido que é a mãe de todos os paraísos fiscais. Os Estados Unidos podem ser o pai (com a criação do Panamá)...mas a mãe, a « mãezinha » dos paraísos fiscais chama-se o RU e é evidente que com o Brexit tudo vai piorar gravemente. Depois, não posso dissociar a fiscalidade da própria construção da UEM e do próprio orçamento europeu. Porque obviamente uma fonte de recursos próprios adequada para promover a convergência e o investimento etc. e as políticas sociais que a União tem que promover para garantir a convergência teria que vir da fiscalidade. Uma fiscalidade nacional, organizada, e também partilhada a nível europeu. E portanto, do meu ponto de vista, as questões da fiscalidade não são indissociáveis da construção da UEM.

Por fim, há a questão da *rule of the law*, do próprio estado de direito e é isso que vemos nos casos em particular da Hungria, da Polónia, mas também de Malta, com distintas modalidades, pondo em causa os princípios e valores básicos da construção europeia que são

o estado de direito e a democracia. Nos casos da Hungria e da Polónia, e aí a Comissão tem muita responsabilidade do meu ponto de vista, pela instrumentalização que fazem hoje do fator migração, mas não só. Já antes havia todo um conjunto de medidas que punha em causa a independência do poder judiciário, a independência da academia, no caso da Hungria e dos media que claramente punham em jogo os valores e os princípios europeus na base do estado de direito ; E é evidente que deixar o problema da Hungria arrastar-se – foi em 2013 que o Parlamento Europeu publicou o primeiro relatório sobre o estado de direito na Hungria, aliás da autoria de um deputado português, Rui Tavares – também já poderia ter agido, se tivesse agido contra a Hungria, talvez a situação não se agravasse como entretanto aconteceu e não se verificasse o que se está hoje a passar na Polónia . E em Malta temos um caso distinto, mas também vai ao cerne do estado de direito. É que Malta foi um paraíso fiscal criado pelos Britânicos ainda no tempo em que eram a potência colonizadora e herdado pela União Europeia desde que deixou entrar Malta... não é só Malta, há outros casos de paraísos fiscais e que à conta disso floresceram dentro da União Europeia e que realmente põem em causa os princípios mais elementares da própria segurança e do estado de direito na UE, designadamente através de esquemas de importação de criminalidade organizada. E obviamente põe em causa tudo na UE, como estamos a ver com as revelações sobre esquemas dos vistos Gold ou de venda de passaportes. Do meu ponto de vista, são casos em que está verdadeiramente em causa a segurança integrada da UE e o estado de direito e democrático na UE.

VM : muito obrigada. Para aproveitar o seu último comentário sobre a questão do estado de direito, como reparou uma das perguntas menciona precisamente a necessidade de defender os valores e os direitos que estão consagrados nos Tratados. Tem havido uma certa polémica no sentido em que é necessário a unanimidade para sancionar devidamente os estados violadores e neste caso aplicar o artigo 7º e tirar o direito de voto no Conselho dos Ministros à Hungria e à Polónia eventualmente. Tendo em conta que estes dois Estados apoiam-se mutuamente – a Bulgária também já mostrou simpatia para estes 2 Estados- qual seria a solução para agir de facto contra esses Estados ?

AG : Aqui no Parlamento Europeu mostramos qual era a solução, é ter uma maioria claramente que aponta no sentido das sanções e as aplica, e as faz aplicar e as decide aplicar. Aqui no Parlamento europeu também foi muito demorado, pois estão representadas as forças políticas de cada um dos Estados membros não é. Também foi difícil chegarmos a uma decisão sobre a aplicação do artigo 7º. No fundo, nós também esperamos que fosse a Comissão a assumir o ónus. É por isso que a Comissão é a guardiã dos Tratados, é por isso que a Comissão tem o dever de propôr aos Estados membros, a Comissão cortou-se. A Comissão injetou a responsabilidade...e estou a dizer isto com perfeito conhecimento de causa, pois diversas vezes tivemos aqui discussões, designadamente com o actual vice-presidente Timmermans dizendo que há mais do que elementos suficientes na base do relatório feito por Rui Tavares em 2013 para esta Comissão agir contra a Hungria e a Comissão nunca quis assumir esse ónus e esperou que o Parlamento europeu aprovasse uma resolução. Aliás, ultimamente o Sr. Timmermans chegou-nos a dizer : « vocês tratam da Hungria que eu tratado da Polónia », foi o que ele fez entretanto. Eu acho isso lamentável

porque nunca teríamos chegado a esta situação se a comissão mais cedo tivesse agido como era o seu dever face aos elementos que já tinha. Apesar de tudo, nós aqui no Parlamento Europeu, existe mesma divisão ...porque dentro das famílias políticas protegem-se, nomeadamente o PPE durante muito tempo protegeu o Sr. Orbán porque era da família embora muitos deputados do PPE, exceção feita, desde o princípio se tenham desmarcado e tenham dito perante o que está em causa : « nós não podemos sustentar isto ». Mas tudo levou tempo e o papel do PPE alemão, e da Baviera em particular, foi particularmente grave do meu ponto de vista e até que finalmente conseguimos avançar para uma resolução com a situação na Hungria a agravar-se descaradamente e a ter repercussões na própria Polónia. E houve uma maioria a favor do desencadear do artigo 7º. É claro que isto é uma decisão política, não é decisiva, terá de passar por uma decisão do Conselho e aí no Conselho vamos assistir ao mesmo jogo de encobrimento e etc. Mas eu acho que aqui, cada um de nós tem que exigir aos nossos governos de qualquer côr que sejam que sejam fiéis aos princípios e valores europeus porque senão estão a traír a União Europeia, estão a abastardar a União Europeia, estão a ser co-responsáveis pela liquefação destes valores essenciais da construção europeia.

VM : Muito obrigada. Considera que a cooperação reforçada e/ou cooperação estruturada representa o modo de governança para o futuro da UE conforme o cenário 3 « Fazer mais, quem quiser mais » do « Livro Branco sobre o futuro da Europa » proposto pela Comissão ?

AG : Considero que não é só do futuro, considero que é do presente e também do passado. O que é a Zona Euro senão uma cooperação reforçada ? ou uma cooperação estruturada ? embora ainda incompleta como a bocadinho dizia. Ou o que é Schengen senão uma cooperação estruturada ou reforçada, uma cooperação permanente estruturada e reforçada ? Já se avançou assim no passado, no presente e portanto penso que a PESCO (Permanent Structured Cooperation) – uma cooperação estruturada permanente na área da política de segurança e defesa- é inteiramente legítima e necessária, é mesmo a única forma de avançarmos. Está demonstrado, ainda por cima com a Europa alargada – quando Portugal entrou, éramos doze, era mais fácil como é óbvio tomar decisões a 12 do que a 28- neste contexto, com perceções tão diferentes, eu acho que a única forma de avançar é exatamente por aí. O que é fundamental, não vejo nada de mal nisso inclusive na área da segurança e defesa, é que não se exclua a entrada de ninguém que queira entrar a qualquer momento, desde que cumpra os critérios para poder participar ativamente na dita cooperação reforçada... um conjunto de países pode avançar estando aberto a que outros se juntem quando virem que têm condições ou que chegou o momento de se juntarem, na área de segurança e defesa também.

VM : então tendo em conta que o que era antes uma exceção para andar para a frente e progredir em termos de integração, poderá vir a tornar-se uma generalidade em vários domínios, a Europa estará condenada a avançar dividida nos campos que requerem a unanimidade ?

AG : sim eu penso que neste momento, essa é uma realidade que é preciso constatar e assumir sem complexos e sem problemas. Há um grupo de países que avança numa

determinada direção. Se esse avanço é correto e é necessário, inevitavelmente a cooperação segue por aí. Sempre foi assim na história a construção europeia, portanto não é nada de novo e há que assumi-lo sem complexos. E sim mostra diferentes níveis de percepção, diferente níveis de desenvolvimento até se calhar em determinadas áreas mas temos que assumir essa repartição, sobretudo é não emperrar aquilo que deve avançar para o bem de todos. Embora alguns não estejam ainda habilitados a participar nisso ou querer.

VM : Nos últimos anos assistiu-se a um avanço considerável dos movimentos e partidos eurocéticos em vários países da União. De acordo com as declarações de Guy Verhofstad, líder do Grupo Aliança dos Democratas e dos Liberais para a Europa (ALDE), o seu grupo quer formar um movimento comum com o partido de Emmanuel Macron -En Marche- para as eleições europeias de Maio 2019 em oposição ao movimento populista anti-europeu (Ouest France, 09/09/2018). Considera que esta coligação poderá travar a possível progressão populista e eurocética no seio do Parlamento europeu ?

AG : Ao meu colega, que de resto aprecio, Guy Verhofstad, e ao grupo dele -Liberal –e ao Presidente Macron e ao partido dele o En Marche, tudo o que tenho a dizer é *bonne chance* se quiserem de facto conjugarem esforços e até bem precisam uns e outros. Mas lamento dizer que acho que não é a alternativa liberal que vai fazer grande diferença na Europa, designadamente para travar as forças populistas e fascistas e anti-europeias que estão para aí à solta. Porque foi justamente a ideologia neoliberal – e faço a distinção porque é uma ideologia do campo económico que, do meu ponto de vista, tramou o projeto europeu até, nestas últimas décadas. A ideologia neoliberal desregulatória foi a que permitiu a captura dos diversos Estados-membros e governos e instituições por grupos de interesses corruptos que, com agendas setoriais, destruíram aquilo que deviam ser interesses comuns europeus e de interesses públicos em cada um dos Estados membros. Do meu ponto de vista, a crise financeira em 2008, não foi exclusivamente importada dos Estados- Unidos. Foi muito o resultado dessas políticas neo-liberais desregulatórias, de décadas de desregulação e portanto da aplicação da ideologia neo-liberal no plano económico, e que destruindo empregos, destruindo riqueza em vários Estados-membros, abalaram os cidadãos, a confiança dos cidadãos nos seus governantes que se deram então conta como vários dos objetivos da governação a nível nacional e europeu estavam a ser pervertidos, não estavam a ser alcançados, estavam a servir os ricos para ficarem mais ricos contra a maioria dos cidadãos a sentirem-se cada mais pobres e inseguros. Mesmo quando havia emprego no caso da Grande Bretanha ou da Alemanha, com empregos cada vez mais precários e portanto os medos a aumentarem e é nessa base que os movimentos populistas, eurocéticos e fascistas hoje estão a procurar capitalizar a insegurança e desconfiança os cidadãos nos governantes. Qualquer família política, e aqui incluo a minha própria família política, que se deixou contaminar por toda essa treta neoliberal tão negativa, tão perversa, designadamente pela via das teses dessa terceira via...Tony Blair na Grã-Bretanha, e todos partidos da família socialista e social-democrata.

Portanto hoje temos um problema tremendo na Europa porque nenhuma família política tem credibilidade. Se uma família política como a minha acaba por comprar umas versões moderadas, mais apresentáveis das teses neoliberais quer sejam defendidas pelos liberais quer

sejam defendidas pelos conservadores do PPE, os eleitores preferem o original. Estamos por isso numa situação muito muito difícil em que a própria Europa está em causa aos olhos dos cidadãos. No meu ponto de vista, o problema não é a Europa, é a forma como deixamos os Estados membros serem capturados por esses interesses setoriais e privados e de como nem os governos ao nível nacional, nem a governação a nível europeu é vista como capaz de projetar o interesse público. E isto associado à desconfiança dos cidadãos perante os políticos e governantes temos aqui de facto um local de cultura ideal para o fascismo e para todo o tipo de populistas. Estou aqui sem saber o que fazer, mas uma coisa eu sei, não é pela ideologia neoliberal que nós vamos salvar a Europa e vamos salvar cada um dos nossos países destas forças do obscurantismo, da regressão, do preconceito que ainda por cima não basta que tenham sido geradas dentro dos países da UE, mas que estão também a ser fomentadas e financiadas do exterior por quem nos quer destruir, seja o Sr Putin, com uma agenda de destruição da UE, seja o Sr Trump com uma agenda de total negligenciar a importância da aliança entre Estados- Unidos e a Europa que para ele está plasmada na NATO (North Atlantic Treaty Organisation) e que temos conhecido desde o fim da segunda Guerra Mundial e que desvaloriza a importância estratégica da estabilidade global do processo de construção da União europeia deitando, de resto, para o caixote do lixo o investimento de décadas de construção diplomática também americana.

VM : muito bem. Voltando às clivagens que indicou na sua primeira resposta, nomeadamente no campo da segurança e defesa. Há diferenças nas perceções da ameaça entre regiões da UE – a região do Leste receia uma Rússia mais assertiva e uma retirada dos Estados Unidos da segurança da UE e a região Sul que olha cada vez mais para o Norte de África – isto não é novo, mas tem tendência para acentuar-se e para o fenómeno das migrações especialmente desde 2015. Ora, a UE tem capacidade para responder às diferentes perceções em termos de ameaças à segurança ? referiu também a redação das Estratégias de Segurança Europeia desde 2003, temos tido várias versões...a última é de 2016, como é que esta estratégia actualizada está a procurar responder a essas diferenças nas perceções em termos de ameaças à segurança ?

AG : Se não for a UE, quem é que será capaz de responder a essas diferentes ameaças? Que estão aí, são reais. A percepção corresponde à proximidade com essas ameaças. É natural que a Leste haja mais preocupação com a Rússia que a Oeste e é natural que a Oeste e no Sul haja mais preocupação com o que se passa em África do que os países no Norte e Centro da Europa. Estas distintas perceções são todas elas europeias e não se pode de maneira nenhuma lidar com elas se não tivermos um instrumento europeu porque, de facto, num mundo globalizado e interdependente em que vivemos, não é nenhum país – quer seja Portugal, país médio ou a grande Alemanha- sozinho que vai fazer face aos desafios e ameaças com os quais estamos confrontados que na maior parte dos casos são absolutamente transnacionais como o terrorismo ou as pandemias. Portanto nós precisamos absolutamente da dimensão, da escala europeia. E as variações de perceções consoante estamos mais a Leste ou mais a Oeste, mais a Norte ou mais a Sul não se excluem, devem adicionar-se, é a vantagem de ter estas perceções. Agora é preciso que os Estados membros percebam e permitam que se funcione ao nível europeu e agilizem o funcionamento a nível europeu que obviamente deve-

se fazer da bisetriz e da medição momento a momento do que sobreleva da correlação de todos esses interesses e forças e desafios e ameaças. E eu volto a perguntar, se não a UE quem é que é ? é a NATO ? não, coitadinha da NATO. Quando um dos parceiros principais da NATO, estruturante como os Estados Unidos, pela boca do Presidente vem dizer que a NATO é obsoleta, já lixou a NATO. Por muito que agora que diga que não disse etc. De resto, à partida já tinha limitações porque a NATO é uma aliança militar e nós estamos a falar de um tipo de intervenção que vai muito para além de uma aliança militar, que exige o soft power e mais o poder económico, aliado a outros poderes incluindo o militar que do meu ponto de vista só ao nível europeu vamos conseguir mobilizar. E não estou com isso a fazer nenhuma oposição entre a NATO e a UE porque, para já, os membros não coincidem todos, mas há muitos que são membros das duas organizações e eu estou mais do que convencida que ou a gente trabalha pelo reforço das capacidades militares e de segurança europeias e da NATO no quadro europeu ou nunca as teremos...e não as temos na NATO. Não obstante todos esses headline goals e trinta por uma linha que há anos que os Estados membros põem. Portanto no quadro europeu que temos que identificar essas necessidades, trabalhar para elas, pô-las ao serviço da NATO quando nos convenha ou das Nações Unidas ou ao serviço das missões europeias. Para mim, e cada vez mais neste contexto em que os Estados Unidos estão nas mãos de um louco e quando digo louco é em todas as suas dimensões, eu acho é que o mais importante é que a Europa tenha capacidade de autonomia estratégica. Desenvolver as suas capacidades e determinar quando, onde e como as deve utilizar por si só. E isso obviamente não se vai fazer no quadro da NATO, faz-se no quadro europeu. Serve a NATO ocasionalmente porque os Estados membros têm essas capacidades e podem pô-las ao serviço da NATO, das Nações Unidas ou de outro quadro, a União Africana, por exemplo. Mas se não as tiver, não servem a ninguém. Portanto do meu ponto de vista é na Europa que precisamos de ter essas capacidades e para isso precisamos de entender que as distintas perceções que temos a Leste e a Oeste, a Norte e a Sul são vitais para podermos desenvolver as capacidades, para podermos dar resposta às ameaças e aos desafios que vêm dessas diversas fontes.

VM : ora, precisamente a proposta francesa de Iniciativa Europeia de Intervenção, de acordo com o que a Sra Eurodeputada esteve agora a mencionar, não será uma forma de diminuir o papel da UE enquanto provedor de segurança para os seus membros ? porque é uma iniciativa que se desenvolverá fora da UE, não é ?

AG : não, eu suponho que é uma iniciativa que não se desenvolve fora da UE, à margem da hoje não é possível falar de capacidades de segurança e defesa, quer seja segurança interna ou externa, sem dimensão cibernética, sem dimensão informática. Ora, não há cibersegurança nem ciberdefesa se não trabalharmos ao nível europeu, não há nenhum Estado membro que possa garantir a sua segurança e a segurança das suas infraestruturas críticas e dos setores críticos civis e militares sem a dimensão ciber. E só vamos ter recursos para fazer face aos desafios e às ameaças se trabalharmos europeu. Isto é válido num contexto de uma Iniciativa Europeia de Intervenção, militar que seja, num quadro PESCO (Permanent Structured Cooperation) ou outro, tem que ter uma dimensão ciber e essa dimensão ciber está no nível europeu. Portanto eu não vejo isso como sendo possível fazer fora da UE. Pode-se fazer num

quadro mais limitado que a União Europeia, mas vai ter que usar recursos, meios e capacidades que só se vão lograr ao nível europeu.

VM : e no caso da NATO e dos membros que são membros da NATO e não são membros da UE nem dos nove Estados que aderiram à iniciativa ? podem precisamente considerar essa iniciativa como concorrente, digamos uma ameaça, apesar de não ter os mesmos meios nem ter a mesma dimensão, e poderá no entanto influenciar negativamente a perceção que a NATO tem do papel da UE?

AG : eu não tenho essa atitude e não quero de maneira nenhuma pôr a UE, designadamente na dimensão segurança e defesa em que precisamos de investir, como contraditória com a dimensão NATO e com a participação dos membros da UE que são membros da NATO nesse quadro. Pelo contrário, acho que é reforçando o pilar da segurança e defesa da UE que nós vamos também reforçar o pilar europeu da NATO. E portanto eu não aceito o ponto de vista daqueles que não aceitam que precisamos ter capacidades nem no plano europeu nem no plano da NATO e que usam a desculpa da sobreposição, da duplicação etc. esse discurso é completamente estéril e não leva a nada. Portanto que eu não vejo qualquer contradição entre a União Europeia trabalhar pela sua autonomia estratégica, pelo reforço das suas capacidades de segurança e defesa e que essas capacidades, uma vez adquiridas por cada um dos Estados membros, e pela União no seu conjunto, possam ser postas ao serviço de missões da NATO ou noutra quadro desde que isso obviamente interesse aos Estados membros e não haja conflito de interesses com outros Estados que são parte na aquisição dessas capacidades. Eu não quero alimentar esse tipo de polémicas que são completamente estéreis e que até agora impediram que a UE se dotasse de capacidades essenciais para a sua autonomia estratégica dentro ou fora do quadro da NATO.

VM : mencionou que o que é necessário é avançar como um todo, como UE, especialmente nas questões de segurança europeia...

AG : eu digo avançar juntos aqueles que tiverem condições para avançar, que quiserem avançar e que tiverem a vontade política para avançar porque é absolutamente decisiva. Admito que, por diversas razões, haja alguns que não estejam preparados a ir por aí neste momento, mas não lhes barrar a possibilidade de aderir quando ou se considerarem que devem juntar-se para poderem avançar, agora não defendo que a UE deve ir toda em bloco. Pelo contrário, com realismo, temos que admitir que há distintos níveis de desenvolvimento, de perceções e que as cooperações reforçadas são um instrumento desejável e vantajoso para se avançar e para os que não querem avançar que não impeçam o avanço daqueles que querem avançar.

VM : No discurso sobre o Estado da União, o Presidente Juncker apelou à decisão por maioria qualificada em alguns domínios da política externa como os direitos humanos e as missões civis. Ora tendo em conta que se obtivermos a unanimidade necessária para a aplicação da cláusula-passarela contida no Tratado de Lisboa (artigo 48), não abrangerá a totalidade dos Estados membros – porque é precisamente a possibilidade de poder andar para

a frente apenas com alguns Estados membros- a UE não falará verdadeiramente « a uma só VOZ »...

AG : mas isto é um combate político, que temos que assumir junto dos cidadãos europeus. Por exemplo, uma das áreas onde o Presidente Juncker propôs que se utilizasse a cláusula da passerelle foi justamente a área da fiscalidade, para remediar ao facto de não podemos estar todos os dias a alterar os tratados. Hoje esta área está fora dos Tratados, é competência exclusiva dos Estados membros, não da competência europeia. Mas todos os dias vemos as terríveis implicações, nomeadamente na área do mercado interno que resultam do dumping fiscal e da falta de harmonização no plano fiscal e até as implicações em termos de segurança porque é uma área que se presta a todo o tipo de explorações para efeitos de criminalidade, inclusive o financiamento do terrorismo, by the way. Os Estados membros só podem decidir nessa matéria por unanimidade, mas podem decidir através da passerelle que não precisam da unanimidade e não precisam de uma alteração dos tratados. Podem dizer « ok, a partir de agora vamos decidir por maioria » e isso fazem-no por uma decisão unânime, a chamada cláusula da passerelle. Ora bem, isto já aconteceu noutras matérias e sim, sem dúvida, é preciso unanimidade para se decidir por maioria qualificada. Mas isso é um combate político. Vamos ter que explicar ao cidadãos por que é que absolutamente precisamos de avançar na área da fiscalidade e aqueles que boicotarem a unanimidade têm que pagar o preço dessa medida diante das suas opiniões públicas. Portanto isso não se faz sem um combate político. E os governos que inviabilizarem a unanimidade vão ser expostos e têm que ser denunciados perante dos seus cidadãos para explicarem por que razão se opõem ao combate político na área da fiscalidade e quero ver qual é o país que vai defender que continua pacatamente a ser um grande paraíso fiscal para os seus cidadãos beneficiarem e os outros que se lixem. De facto os ricos é que beneficiam, não os pobres.

VM : vamos concluir com uma pergunta da atualidade. Está agora a decorrer um Conselho Europeu decisivo no qual ou se toma uma decisão – e não parece muito bem orientado- no que diz respeito ao Brexit, ou eventualmente decide-se organizar um Conselho Europeu extraordinário, em princípio em novembro, para finalizar um acordo entre o Reino Unido e a UE. É uma pergunta muito geral: qual é a sua visão da UE depois do Brexit, quer tenha havido acordo quer não tenha havido acordo?

AG: antes de mais, deixe-me dizer-lhe que não me admira nada que haja um Conselho Europeu extraordinário para Novembro e outro para Dezembro, outro para Janeiro, Fevereiro e se calhar até Março porque eu acho que se vai fazer todos os esforços para evitar um Brexit sem acordo, descontrolado; seria um desastre para o Estados-Unidos e um desastre para toda a Europa. Agora estamos a lidar com um governo britânico muitíssimo incompetente e muitíssimo constrangido pelas forças de sustentação do próprio governo que tem posições completamente contraditórias, designadamente no seio do próprio partido conservador, e nas contradições em particular que agora surgem com o IUP na Irlanda e as questões mais importantes que estão na agenda. O resto parece estar mais ou menos resolvido- mais do que menos, está resolvido- para nós, no Parlamento Europeu, a questão dos direitos dos cidadãos: os cidadãos do Reino Unido na UE e dos cidadãos da UE residentes no Reino Unido, mas

neste momento estamos bloqueados na questão do evitar a hard border na Irlanda e quais são as soluções que, sem pôr em causa os acordos de paz do Good Friday, podem permitir à Irlanda do Norte ficar num espaço unido com a República da Irlanda no quadro do Mercado interno sem que ao mesmo tempo se crie uma hard border entre a Irlanda do Norte e o próprio Reino Unido. Estamos aqui a decidir se o que está em cima da mesa é aceitável ou não e a possibilidade de, se não houver nenhum acordo a prazo, a Irlanda do Norte ficar no mercado comum, solução que pelos vistos uma boa parte do partido Tory aceitaria, mas que os intransigentes Brexiters não querem e impedem a Sra May de aceitar essa solução – parece-me que ela a poderia aceitar, e queria o que é uma estupidez- porque no fundo é pôr a Irlanda na posição da Noruega. Fui recentemente à Noruega e o Noruegueses diziam-me: nós não percebemos, não estamos na União europeia, aceitamos tudo o que vem da União, vinculamo-nos a todas as regras da UE, só não temos nada a dizer na feitura dessas regras. O Reino Unido quer-se pôr nesta posição e é absurdo, quer prescindir do direito de ter a dizer e poder construir essas regras que regem a UE e que de uma maneira ou de outra vão ser inevitavelmente aplicadas e vão ter que vingar para a Noruega e da mesma maneira para o Reino Unido, mesmo depois do Brexit.

Qual é a minha posição ? a minha posição é que sou contra o Brexit. Fiz campanha contra o Brexit, ajudei alguns colegas ingleses na campanha, sem sucesso infelizmente. Não perdi a esperança que possa haver um segundo referendo. Acho que há muita gente que dá por adquirido que vai haver Brexit ao ponto em que chegamos. Eu não excluí a possibilidade de não haver Brexit porque o mesmo povo britânico que votou a favor do Brexit no referendo organizado nas condições em que foi- com os preconceitos e a propaganda mentirosa e manipulada, de resto, como sabemos, do exterior- que esse mesmo povo britânico face à consciência do descalabro que isto implicará para a Grã-Bretanha , para o poder da Grã-Bretanha , para o papel da Grã-Bretanha no mundo, para a economia da Grã-Bretanha , pois que venha reforçar um segundo referendo. Não podemos excluir essa hipótese. Penso que as polls, as sondagens na Grã-Bretanha indicam que há cada vez mais pessoas a considerar que o Brexit de facto seria um disparate e portanto não posso excluir que esta hipótese venha a ser viável. Parece-me que ainda há dois dias a própria Senhora May abriu uma porta para aquilo que tinha até agora negado que era exatamente a possibilidade de ter um segundo referendo. Por isso vamos ver, parece que ainda há muita coisa a mudar. Esta cimeira de hoje e uma extraordinária que se possa marcar para Novembro não serão as determinantes.

VM : claro, está a colocar a hipótese do Reino Unido afinal não sair se se organizar novo referendo, mas se o Brexit ocorrer...

AG : se o Brexit ocorrer realmente, espero que haja um acordo que regule a saída e que impeça o descalabro para a Grã-Bretanha e para todos nós. Eu estou a pensar num descalabro, que tenho a certeza está na cabeça de muitos Brexiters, que é transformar a Grã-Bretanha num gigantesco paraíso fiscal, já é...mas assumidamente !

A Grã-Bretanha não pode, por outro lado, escapar ao impacto da Europa continental. O que são as fronteiras da Grã-Bretanha se não forem defendidas no continente europeu? E não vão ser apenas acordos bilaterais que vão resolver os problemas que o Reino Unido deve enfrentar. Ainda por cima é ridículo, mesma naquelas questões que são absurdas e que foram

o cerne da propaganda mentirosa dos Brexiters... defesa contra uma ordem invasora... Se a Europa não colaborar é facilíssimo deixar invadir o Reino Unido do que quer que seja. Desde logo, todo o tipo de pessoas de todos os lados do mundo, até por terem família na Inglaterra, querem aceder ao Reino-Unido. Portanto, espero que seja um Brexit regulado, que nos permita manter diálogo, cooperação. Espero que, por exemplo, na área da segurança e defesa, por ironia que seja, que a Grã-Bretanha se veja obrigada a mais do nunca colaborar com a Europa e que não tenha nada que dizer, que tenha que se assujeitar ao desígnio europeu, mas a Grã-Bretanha vai precisar absolutamente e a Europa também precisa da sabedoria e dos conhecimentos que os Britânicos têm designadamente nessa acho que, por ironia, até pode ser que o Brexit venha, nalgumas áreas, a prazo, a gerar ainda mais sinergia e sintonia entre o Reino Unido e a UE e que, mais tarde ou mais cedo, voltemos a ver o Reino Unido a bater à porta da UE para reentrar. E por muitas maneiras, por muitas cooperações reforçadas, no fundo se acabe por cooperar, mais se calhar do que com o Reino Unido dentro da União Europeia e tendo o poder de decisão efetivo, às vezes usado para bem outras vezes usado para mal, designadamente para impedir a União Europeia de avançar.

VM : muito obrigada mais uma vez por ter aceite o nosso convite, Sra Eurodeputada Ana Gomes. Foi de facto uma entrevista muito rica e mais uma vez agradeço a sua colaboração.

**Centre for Geopolitics & Security in Realism Studies**

20-22 Wenlock Road, London N1 7GU, United Kingdom

[www.cgsrs.com](http://www.cgsrs.com) | [info@cgsrs.org](mailto:info@cgsrs.org)